

POLÍTICA ECONÔMICA

Programa de curto prazo quer evitar “área cinzenta” entre BC e Tesouro

por Claudia Safatle
de Brasília

A equipe econômica do governo Itamar Franco pretende promover uma profunda reformulação do Banco Central, começando pela mudança na forma de relacionamento do Bacen com o Tesouro Nacional, para que fique claro se aquela instituição está ou não financiando gastos do Tesouro Nacional. Pretende, também, criar instrumentos legais, a partir de negociação com o Congresso Nacional, para limitar a atuação dos bancos estaduais, sobretudo nos períodos pré-eleitorais.

Essas são algumas das medidas propostas pela área econômica ao presidente em exercício, Itamar Franco, que recebeu na última sexta-feira a versão definitiva do plano de diretrizes de curto prazo preparado em conjunto pelo Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento, e Banco Central (BC). O presidente em exercício levou o documento para leitura durante a viagem ao Senegal (ver página 2).

Uma das formas previstas para dar uma maior limpeza à contabilidade do setor público e maiores condições ao BC para fazer política monetária, e não apenas política de juros altos, é sugerida no documento. Trata-se de transferir para o Tesouro Nacional toda a conta de DFA (Deposit Facility Agreement), de cerca de US\$ 47 bilhões, podendo, assim, cancelar o valor equivalente em títulos do Tesouro na carteira do BC. Hoje a carteira de títulos da dívida pública no Bacen soma cerca US\$ 67 bilhões, e não se sabe se, com essa área cinzenta do relacionamento do Bacen com o Tesouro (via carteira de títulos), o BC não estaria financiando despesas da União para surpreender escassez de verbas orçamentárias.

Ao cancelar parte do ativo do Bacen (títulos da dívida) com parte do passivo (DFA), a base monetária, hoje de cerca de US\$ 3,5 bilhões, passaria a ser relativamente mais importante na contabilidade da instituição. A rigor, segundo argumentou um dos assessores que participou da elaboração da formulação de política monetária do programa de curto prazo, é a base monetária o único passivo sobre o qual o Bacen tem efetivo controle.

“Nós temos que trocar a política de juros elevados que o BC pratica hoje, que se que como mero corretor da dívida pública mobiliária federal, por uma política monetária de controle dos agregados (meios de pagamento e base monetária). Para isso é necessário promover uma reforma no Bacen, que começa com essa maior transparência na relação com o Tesouro, mas que deve se consolidar com a criação de um banco central mais autônomo, a partir da regulamentação do artigo 192, da Constituição, que trata do sistema financeiro”, disse essa fonte. Ela também informou que uma parte da conta da política de curto prazo deverá ser atribuída aos bancos estaduais, com medi-

das que limite o raio de atuação desses bancos. Possivelmente uma das providências nessa área seria a proibição para que os bancos estaduais concedam empréstimos a empresas ou pessoas físicas que tenham uma relação de parentesco com candidatos a cargos eletivos.

O plano de curto prazo só

será divulgado quando houver autorização do presidente em exercício. Mas suas diretrizes serão a base das conversas que a missão técnica, que embarcou na noite de domingo para Washington, terá com o Fundo Monetário Internacional e com o Banco Mundial. O plano é meramente de diretrizes e não traz me-

tas quantitativas para a política econômica dos próximos dois anos, no texto que foi entregue ao presidente em exercício. “Esta é uma missão exploratória e informativa”, disse o secretário do tesouro, Murilo Portugal, que faz parte do grupo que vai reiniciar as conversas com o FMI e o BIRD.